

DESAFIO

Visibilidade e luta por um lugar ao sol



Arquivo Pessoal

Paula Benett
primeira trans a
ter um assento
no Conselho da
Mulher do DF

A dificuldade de colocação no mercado de trabalho se torna bem mais difícil para a população trans, que é obrigada a lidar com a ignorância e o preconceito ainda reinantes

» JÁDER REZENDE

Primera gestora de políticas LGBTQIA+ do Distrito Federal, a assistente social Paula Benett, 41 anos, sofreu na pele todos os tipos de discriminação, até conquistar o respeito da sociedade. Foi a primeira trans servidora da Secretaria da Mulher do GDF e também a pioneira na formulação da pauta de Direitos Humanos a conquistar um assento no Conselho da Mulher.

Mineira de Mirá, mas candanga de coração, Paula se estabeleceu em Brasília há 20 anos. É coautora do decreto que instituiu o nome social para pessoas trans e também da portaria que estabeleceu o banheiro por gênero. Ainda assim, considera que há muito a ser feito e conquistado

para que haja, de fato, representatividade e ocupação de espaços.

Ela aponta a empregabilidade como um “grande gargalo”. “Isso ocorre justamente por conta do preconceito e da violência no ambiente familiar, fatores que vêm sendo passado de geração a geração”, analisa, observando que, a partir do momento em que os filhos vivenciam violência doméstica, piadas racistas, inferiorização de gêneros e raças, a tendência é a de que os filhos reproduzam esses comportamentos ao longo da vida. “Esse comportamento é fruto de uma sociedade binária. Tudo que foge do padrão, que é imposto, acaba sendo perseguido. Há uma pirâmide social montada, onde quem está no topo são os héteros.

Os demais caem vertiginosamente. E o pior ocorre quando essas nuances de vulnerabilidade se fundem num só corpo, como por exemplo, uma mulher trans e negra”, diz.

Paula conta ter vivenciado inúmeras situações de preconceito e constrangimento no mercado de trabalho em função de sua opção sexual, mas resistiu bravamente a todas as investidas. “Eu pus o pé na porta. Passei por grandes corporações onde era a única trans. Sofri pressões psicológicas e opressão. Evitava até olhar para os colegas de trabalho para não ser mal interpretada. Perdi a conta de entrevistas em que fui bem avaliada, mas me rejeitaram porque sou trans”, lembra, ponderando ser imprescindível que as empresas promovam

capacitação e treinamento amplos para todos os funcionários, como forma de erradicar preconceitos e promover o acolhimento devido.

Ela avalia que a grande maioria da população trans expulsa do mercado de trabalho acaba partindo para a prostituição e a informalidade, como forma de sobrevivência. “Uma coisa é a decisão, outra a necessidade. Enfrentar o preconceito, o frio e a violência não é fácil. Sem contar que o Brasil é o país onde mais se mata pessoas trans no planeta. Não tem como falar do mercado de trabalho para esse público sem olhar todo o contexto. O preconceito da sociedade impacta, e muito, no mercado de trabalho”, analisa Paula, que em suas palestras de capacitação e formação já atingiu mais de 40 mil pessoas.